



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

Parecer n° 040/2016

Processo Licitatório 007/2016

Retornam os autos de Processo Licitatório 007/2016, após cumprimento de diligência sugerida por esta Procuradoria, para análise e manifestação sobre recurso administrativo interposto por Gráfica Franco Martins Ltda., inscrita no CNPJ sob n° 06.158.097/0001-41, com fundamento no art. 4°, XVIII da Lei 10.520/02.

De maneira sucinta, a irresignação da recorrente consiste na desconformidade com a lei do balanço patrimonial apresentado pela empresa Gráfica e Editora Jataí Ltda. ME, que causaria a inabilitação da referida empresa.

Consoante estudo da legislação aplicável à matéria, conforme fundamentado no Parecer 031/2016, concluo que o Balanço Patrimonial é um documento que deve ser registrado no Livro Diário, e que o Termo de Abertura e Termo de Encerramento são do Livro Diário, e ainda, que esse livro obrigatório deve ser autenticado no Registro público competente, ou seja, na JUCEG, dentre outros requisitos.

A empresa recorrida juntou cópias: da certidão de regularidade profissional de seu contador emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade-GO; do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário nº 1, para escriturações contábeis realizadas no ano de 2016, com autenticação da JUCEG; Termo de Abertura e Encerramento do Livro Balanço Patrimonial nº 1, para escriturações contábeis realizadas no ano de 2015, sem autenticação da JUCEG; Demonstrativo de resultado do Exercício; balanço patrimonial – exercício 2015, igual ao apresentado na sessão de processamento e julgamento do pregão, desta feita com a assinatura do proprietário da empresa, além da assinatura do contador e o balancete analítico.

A despeito do Princípio da instrumentalidade das formas, o qual é de grande valia para atingimento dos fins a que se propõe os atos administrativos, não se pode descurar, no presente caso, do Princípio da Vinculação ao Edital.

O Edital Pregão Presencial nº 002/2016, no item 9.1.3, letra b, exigiu a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei.

*Recebi em  
11/08/16  
Autógrafa*



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Os documentos apresentados pela empresa recorrida não atendem as exigências da Lei, pois falta-lhe a autenticação da JUCEG, subsistindo razão à empresa recorrente.

Dessa forma, opino pelo provimento do recurso da empresa Gráfica Franco Martins Ltda ME, com fundamento no Princípio da Vinculação ao Edital, e a consequente inabilitação da empresa Gráfica e Editora Jataí Ltda.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 11 de agosto de 2016.

  
Renata Silva Oliveira  
Procuradora Jurídica